

Mineração e conflitos pela posse da terra em Canaã dos Carajás: O caso do acampamento Planalto Serra Dourada

Mining and conflicts of the earth possession in Canaã of Carajás: The wedding of the camp Planalto Serra Dourada

Rafael Rodrigues Lopes

rl.rafael@hotmail.com

Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade federal do Pará (UFPA).
Assistente Administrativo da Secretaria de estado da Saúde do Pará (SESPA).

Marcelo Melo dos Santos

marceloviola2@hotmail.com

Graduado em Ciências Sociais (UFPA), mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (UNIFESSPA). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). Integra o grupo de pesquisa Linguagem, Cultura e Educação na Amazônia (IFPA).

Thiago Martins da Cruz

tmdacruz@yahoo.com.br

Graduado em Ciências Sociais (UFPA), mestre em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/UNIFESSPA). Professor da Faculdade Carajás. Integra o Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Mudança Social no Sudeste Paraense (GEPEMSSP/UNIFESSPA).

Recebido em : 16/09/2018
Aprovado em: 19/11/2018

Revista do Programa de Pós-Graduação em Extensão
Rural (UFV)

ISSN 2359-5116 | V. 7 | N.2 | JUL.-DEZ.2018

RESUMO

Este artigo pretende discutir o processo de intensificação dos conflitos pela posse da terra, decorrente da implantação do Projeto Ferro S11D da mineradora Vale, no município de Canaã do Carajás, estado do Pará, tomando como objeto de estudo o caso do acampamento Planalto Serra Dourada. Os procedimentos metodológicos utilizados nesse trabalho foram: revisão bibliográfica; análise documental e entrevistas semiestruturadas com os principais atores envolvidos no conflito. O trabalho aponta para o fato de que a expansão mineral no município tem demandado vasto controle sobre o território, ocupado por distintos grupos sociais, provocando o acirramento dos conflitos de terra, sobretudo no que diz respeito aos trabalhadores que estão no acampamento Planalto Serra dourada.

Palavras Chaves: Mineração; conflitos; Território.

ABSTRACT

This article intends to discuss the process of intensification of conflicts over land tenure due to the implementation of the S11D Iron Project of the mining company Vale, in the municipality of Canaã do Carajás, in the state of Pará, taking as object of study the case of the Serra Dourada Planalto Camp. The methodological procedures used in this work were: bibliographic review; documentary analysis and interviews with the main actors involved in the conflict. The work points to the fact that the mineral expansion in the municipality has demanded vast control over the territory, occupied by different social groups, provoking the aggravation of land conflicts, especially with respect to the workers who are in the Planalto Serra dourada camp.

Keywords: Mining, conflicts, Territory

Introdução

Neste artigo nos propomos a examinar o processo de intensificação de conflitos pela posse da terra, em função da expansão desenfreada da atividade de extração mineral, sobretudo desencadeada pelo processo de implantação do Projeto Ferro S11D em Canaã dos Carajás, estado do Pará. Em meio a uma ampla cadeia de projetos de infraestrutura no município, a mineração têm exigido a ocupação e o controle sobre vastos territórios, que, em suma são ocupados por distintos grupos sociais. Portanto, por questões de delimitação, vamos nos ater ao estudo de um desses grupos de atingidos que atualmente fazem frente de resistência à mineração articulados no Acampamento Planalto Serra Dourada, localizado na Vicinal (VS) 40, área rural de Canaã dos Carajás.

Canaã dos Carajás é um município do Sudeste paraense, região conhecida internacionalmente pela violência contra os movimentos populares e de trabalhadores rurais que disputam a posse da terra e a permanência nela. Região onde ocorre diariamente sucessivos massacres, assassinatos e violações de direitos contra trabalhadores, lideranças camponesas, religiosos e agentes sociais. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre 1964 e 2014 foram assassinadas 947 pessoas por questões relacionadas à luta pela terra no estado do Pará. 674 destes assassinatos foram no sul e sudeste do estado, o que corresponde a 71,17% dos assassinatos. No ano de 2013, 46 pessoas ainda recebiam ameaças de morte no Pará¹.

Canaã dos Carajás se insere nesse universo de conflitos gerados pela disputa do Território e Territorialidades (MALHEIRO, 2015). O município tem vivenciado transformações profundas tanto no campo, como na cidade, motivadas, principalmente, pelas ações da mineradora Vale. Ações, que avançam com rapidez, na medida em que o capital mineral mobiliza suas forças produtivas provocando essa tensão.

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, este trabalho se constitui em uma pesquisa qualitativa. Isso não implica no abandono (e nem desqualificação) de abordagens quantitativas para coleta e sistematização de dados. O que quero enfatizar é que a análise se baseia mais na interpretação das informações do que em indicadores estatísticos. O trabalho surge da reflexão cotidiana e da vivência dos autores, que tem acompanhado as

¹ Conflitos no Campo – (CPT, 2014).

dinâmicas de conflitos na região de Carajás desde 2010². A exploração industrial de minérios em Canaã dos Carajás tem início a partir de 2000, quando a mineradora Vale adquire diversas áreas de camponeses e médios proprietários para implantação do projeto Sossego, de extração de cobre, que opera desde 2004. Posteriormente em 2010, a empresa começa a comprar novas áreas para implantação do projeto de ferro S11D. A aquisição das áreas pela mineradora desencadeou em um processo de expropriação de diversos camponeses, que revoltados com a situação, resolveram se organizar para reocupar as áreas perdidas, argumentando que grande parte das terras se tornaram improdutivas e foram adquiridas ilegalmente.

Neste contexto em 2015, diversos grupos de trabalhadores, dentre eles os que compõem o acampamento Planalto Serra Dourada, se organizam e resolveram ocupar uma das áreas da Vale no município de Canaã. É aí que surge a ideia deste artigo, que é acompanhar o desenrolar dos conflitos entre a empresa e os trabalhadores do acampamento Planalto Serra Dourada. Na tentativa de entender essa realidade, e chegar aos objetivos a que nos propomos neste trabalho, lançamos mão também de levantamento bibliográfico e documental para entender os processos de consolidação do modelo de desenvolvimento imposto à região de Carajás e como empresas, órgãos públicos e movimentos sociais tem se posicionando diante dos conflitos gerados pela expansão mineral.

Outro artifício metodológico importante se deu a partir da realização de entrevistas semiestruturadas, no qual o entrevistado tem a possibilidade de falar sobre suas experiências a partir de um tema central (HAGUETTE, 1995). Foi aplicado um questionário com perguntas direcionadas solicitando que as lideranças discorressem sobre sua situação, expondo o porquê em reocupar as terras que foram apropriadas pela mineradora. Ao todo foram coletadas cinco entrevistas, sendo quatro, junto a lideranças do Acampamento Planalto Serra Dourada, e uma com representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás (STTRC), que tem acompanhado e prestado apoio aos trabalhadores rurais.

² Dentre os diversos movimentos que acompanharam historicamente, ou tem acompanhado os conflitos decorrentes da implantação de projetos de mineração na região de Carajás temos: Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (Cepasp), Brigadas Populares, Coletivo Amazônida de Formação e Ação Revolucionária – (Cafar) e Movimento Debate e Ação (MDa)

As entrevistas foram realizadas entre os meses de setembro e novembro de 2016, quando acompanhávamos, através de observação participante a situação dos acampados, que naquele momento haviam recebido uma liminar de despejo expedida por juiz local. A ideia é entender os conflitos sob a perspectiva dessas lideranças. Vale lembrar que na metodologia da observação participante, os sujeitos são estimulados a participar da pesquisa como protagonistas, como agentes ativos, construindo o conhecimento e intervindo na realidade social. Ou seja, pesquisa participante, volta-se para a produção coletiva do conhecimento cujas bases orientarão a ação na realidade social. (BRANDÃO, 1987; THIOLENT, 1984).

Formação Sócio - Histórica do Município de Canaã dos Carajás e a chegada da Mineração

A ocupação não indígena na região de Canaã dos Carajás inicia-se na década de 1970, quando famílias, em busca de terras, se instalaram e constituíram pequenas propriedades rurais, dando origem a pequenas vilas, uma delas foi a vila Mozartópolis, mais conhecida como Racha Placa. Esse movimento foi seguido, no fim da década de 1970, pelas ações de madeireiras, concomitantes à formação de médias e grandes fazendas. Essas duas atividades se combinavam: primeiro vinha a atividade madeireira, retirando madeiras nobres, desmatando e abrindo estradas e, em seguida, a pecuária com as fazendas para criação de gado. Tais fazendas adotavam prioritariamente a pecuária de corte (CEPASP, 2010).

Na década de 1980 o governo Federal criou o Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins (Getat)³, órgão subordinado à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, com a finalidade de coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária na área de atuação da Coordenadoria Especial do Araguaia Tocantins (CEAT).

O Getat, com apoio da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), criou o Projeto de Assentamento (PA) Carajás I, II e III, no ano de 1982, no qual pretendia assentar 1.551 famílias, trazidas, principalmente, dos Estados do Goiás e Maranhão. As famílias eram recrutadas em cidades desses estados e levadas, juntamente com seus pertences, de caminhão e alojadas em barracas e barracões cobertos de palhas e lonas com pouca ou

³ Criado através de decreto lei nº 1.799/80.

nenhuma proteção. Para ter maior controle dessa área, o Getat criou três centros administrativos, denominados de Centros de Desenvolvimento Regional (Cedere I, II e III), onde se formaram vilas, com distância aproximada de 70 km uma da outra. O Cedere II, em 1994, se tornaria a cidade hoje sede do município de Canaã dos Carajás, estado do Pará (CABRAL; ENRÍQUEZ; SANTOS, 2011).

Sobre esse êxodo para os projetos de colonização da Amazônia, Hebette (2004, p 46,47) afirma:

[...] São camponeses apegados à terra. É verdade que foi alta a desistência de colonos nos projetos de colonização, mas essa saída nem sempre significou abandono da lavoura; é inegável que bom número de migrantes deixou a terra para se dedicar a outras atividades; entretanto é grande, muito grande, o número dos que se mantiveram na terra. Não por comodismo, não por simples tradição ou porque foi fácil, mas por teimosia, por apego a seu trabalho e a sua liberdade. Adversas continuam sendo as condições de trabalho: os solos são pobres, as distâncias grandes e os caminhos precários; o transporte motorizado é escasso e caríssimo. As doenças são freqüentes e variadas e faltam hospitais, postos de saúde e remédios. O crédito, quando existe, é traiçoeiro. Acima de tudo, os preços dos produtos da roça são irrisórios. O camponês, porém, teima em fincar o pé no seu lote[...]

O objetivo principal do PA Carajás, não explícito em documentos governamentais, era o de criar um cinturão de proteção à área de concessão minerária da CVRD, de 411 mil hectares, hoje Floresta Nacional de Carajás (Flona), agora sob o domínio da Vale, contra possíveis ocupações de trabalhadores rurais. Outra função do assentamento era de ser um polo agrícola para abastecer a região do Programa Grande Carajás (PGC), além de aliviar as tensões por terra na região do Bico do Papagaio, sobretudo após o episódio da Guerrilha do Araguaia (EXPRESSÃO, 2013).

A partir do ano de 2000 o município de Canaã dos Carajás começa a passar por uma transformação significativa em relação a mineração, com a chegada da Vale para implantação dos projetos Sossego e Níquel do vermelho, ambos para exploração de cobre e níquel respectivamente. Muitas áreas, de grandes, médios e pequenos proprietários foram adquiridas pela empresa e tornadas improdutivas. Só de pequenos agricultores assentados pelo Getat, foram para mais de 100 lotes de 50 hectares.

A partir do ano de 2010, para implantação do Projeto de Ferro S11D, a Vale fez compra de quase 15 mil hectares de terras e desestruturou uma vila de 120 famílias, construída com o esforço dos moradores, desde o ano de 1978. A vila Mozartínópolis, também conhecida como Racha Placa, possuía estruturas tais como; escola, quadra de

esporte, posto de saúde, energia elétrica, água encanada, bares, lanchonetes, restaurante, sorveteria, campo de futebol, borracharia, linhas de ônibus para Xinguara e Canaã dos Carajás, igrejas e um posto da Agencia de defesa agropecuária do Pará (Adepará), que foram desativados para implantação do canteiro de obras do projeto S11D (REIS, 2014). Para termos uma maior dimensão dos projetos de mineração presentes no município de Canaã dos Carajás, observemos o quadro a seguir:

Quadro 1: Projeto de exploração mineral em Canaã dos Carajás

Projeto	Minério Explorado	Fase do Projeto
Projeto Sossego	Cobre	Operação desde 2004
Projeto de Cobre 118	Cobre	Paralisado
Projeto Níquel do Vermelho	Níquel	Paralisado
Projeto Ferro Carajás S11D	Ferro	Operação desde 2016

Fonte: Organizado pelos autores com base em pesquisa de campo.

Apesar de ser apenas quatro projetos, dos quais dois se encontram em funcionamento e dois paralisados, gostaríamos de mencionar que as cifras de produção e exportação mineral da região de Carajás são estratosféricas. Só o Projeto Sossego, de extração de cobre, foi responsável em colocar Canaã dos Carajás na posição de 4º maior exportador do Pará, ficando atrás apenas dos municípios de Parauapebas, Barcarena e Marabá no ano de 2012. O Cobre extraído da mina do Sossego é exportado para Alemanha, Bulgária, Índia e Espanha. Somente no ano de sua inauguração, em 2004, a mineração movimentou R\$ 381 milhões em operação com a extração do minério de cobre. O município está entre os dez maiores beneficiários, no âmbito da arrecadação do imposto denominado compensação financeira por exploração mineral (CFEM) no país. (EXPRESSÃO, 2013; SANTOS, 2011). Os projetos de cobre 118 e Níquel do Vermelho estão paralisados devido à prioridade que a mineradora deu à produção de ferro.

Em publicação intitulada: *Impactos da Mineração no Sudeste Paraense* organizada pelo Cepasp, CPT e MDA é possível perceber a realidade dos impactos da exploração mineral, nos municípios de Marabá, Parauapebas e Canaã dos Carajás. Segundo a publicação, todos os projetos de mineração, implantados ou em fase de implantação, já produzem impactos negativos sobre as famílias de agricultores em Canaã dos Carajás. Referente ao projeto Sossego, os impactos identificados foram; alagamentos,

poluição dos rios e igarapés, danos causados por explosões na mina aos moradores que residem as margens do projeto, isolamento de famílias em estradas vicinais desativadas e principalmente expropriação, pois as famílias que perderam suas terras e ficaram sem autonomia para produzir sua subsistência. (CEPASP, 2010)

O Projeto Ferro Carajás S11D e os Conflitos no Município de Canaã dos Carajás.

Encontra-se em fase de operação, desde dezembro de 2016, em Canaã dos Carajás, o Projeto Ferro Carajás S11D que previa inicialmente a extração de 90 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. O empreendimento recebeu este nome a partir da sua localização: trata-se do bloco D do corpo S11, que fica na Serra Sul da grande região de Carajás. Ao norte, está a Mina de Carajás, em operação desde 1985, situada em Parauapebas, município vizinho a Canaã dos Carajás. Para fins geológicos, o S11D é apenas um bloco do corpo que foi dividido em quatro partes: A, B, C e D. O potencial mineral do corpo S11 é de 10 bilhões de toneladas de minério de ferro, sendo que só o bloco D possui reservas de 4,24 bilhões de toneladas (VALE, 2013).

No início dos anos 2000, foram feitos os primeiros estudos de capacidade técnica e viabilidade econômica, que levaram à atual configuração do projeto. A Licença Prévia (LP) saiu em junho de 2012, e em 2013 foi emitida a Licença de Instalação (LI) do projeto S11D pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e início das obras de implantação. Hoje, a vida útil da mina está estimada em 48 anos (VALE, 2016).

O projeto ferro S11D funciona com uma usina de processamento de minério de ferro, com três linhas de produção - cada uma com capacidade de processamento de 30 milhões de toneladas/ano. O minério lavrado a céu aberto é levado da mina até a usina por meio de um Transportador de Correia de Longa Distância (TCLD). A empresa também adquiriu diversas propriedades rurais no entorno da usina e das futuras pilhas de estéril e canga, no total de 10,3 mil hectares. Segundo a mineradora, parte da área vem sendo “reabilitada” para compor a “reserva legal do projeto”, que integra um programa de conectividade de fragmentos florestais (CRUZ, 2015).

Para viabilizar o transporte mineral, foi necessário construir os seguintes aparatos logísticos: Ramal ferroviário, com 101 quilômetros de extensão ligando a usina

de processamento do S11D à estrada de ferro Carajás (EFC). As obras abrangeram 101 km, sendo 85 km da linha principal e 16 km da pela ferroviária. Dos 101 quilômetros de percurso do ramal, três passam por dentro da Flora, e a maior parte corta áreas de pastagens, adquirida pela Vale. Outro aparato logístico refere-se a duplicação da estrada de ferro Carajás, que teve início em 2013, duplicando 575 quilômetros, dos 892 quilômetros totais. Por fim, foram também realizadas obras de ampliação do terminal marítimo da Ponta da Madeira, em São Luís, estado do Maranhão. O valor total dos três investimentos foi orçado em US\$ 14,4 bilhões, sendo US\$ 6,5 bilhões na mina, além de outros US\$ 7,9 bilhões na ferrovia e no terminal portuário da companhia, o que o coloca como o maior investimento privado realizado no país na década de 2010 e o maior da indústria global de minério de ferro.

Ainda sobre as infraestruturas é importante lembrar que em convênio com o governo do Estado do Pará, foi realizada a abertura e a pavimentação de uma estrada de 117 km de extensão, ligando a mina do projeto S11D ao núcleo urbano de Canaã dos Carajás, formando um corredor de tráfego no sentido leste-oeste do município, com impacto direto em pequenas e medias propriedades rurais (SANTOS, 2011).

A expectativa de geração de emprego do projeto no pico da obra, chegou a absorver uma mão de obra de 30 mil trabalhadores, a grande maioria residente no Pará e no Maranhão. Considerando as frentes de trabalho em todo o projeto (mina, usina e logística), a previsão é que, na fase de operação, fossem gerados 2,6 mil empregos diretos e, pelo menos, outros 7 mil indiretos, caso seja considerado as demandas por serviços geradas pelo empreendimento na região de Canaã dos Carajás.

É notório os impactos decorrentes não só da implantação do projeto Ferro S11D, mas também da duplicação Estrada de Ferro Carajás. Atualmente, a EFC passa por 27 municípios, 28 Unidades de Conservação e atravessa diretamente mais de 100 comunidades quilombolas e indígenas no Pará e no Maranhão. (FEITOSA, 2013). Com a construção do ramal ferroviário várias outras comunidades, ocupações ou assentamentos rurais foram afetados tais como: Palmares I e II, acampamentos Juazeiro e Santo Antônio, PA Onalício Barros, Vila Bom Jesus e vila Racha Placa.

É importante mencionar as situações de conflitos que ocorreram na vila Mozartinópolis, mais conhecida como vila Racha Placa. Ocorre que para expandir a área de instalação do projeto ferro S11D e construir seu canteiro de obras, a mineradora Vale expropriou parte dos moradores da Vila Racha Placa, que por sua vez precisaram se

organizar para resistir e garantir o direito de continuar na vila ou serem indenizados de forma justa (REIS, 2014).

Os conflitos no acampamento Planalto Serra Dourada

Em função de uma ampla cadeia de projetos de infraestrutura o município de Canaã do Carajás vem passando por uma nova configuração, onde a mineração têm exigido a ocupação e o controle sobre vastos territórios, que são ocupados por distintos grupos sociais, provocando conflitos. Neste contexto o Projeto Ferro S11D, o mais novo em Carajás, tem gerado um efeito catalisador destes conflitos, na mesma proporção que a empresa vem adquirindo terras na região, seja para apropriação/especulação, seja para compensações ambientais exigidas pelo Ibama. (SANTOS, 2018).

Em entrevista feita para o relatório da plataforma de Direitos Humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Dhesca), Frederico Martins, do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO), fala sobre a relação da Vale com comunidades impactadas por empreendimentos minerários na região de Carajás:

(...) Ele explica que a experiência da atividade de mineração em Minas Gerais levou à aprendizagem de que a ocupação humana nos locais e/ou na periferia das jazidas dificulta a exploração da mineração, principalmente porque aumenta os riscos de conflitos ambientais e exige procedimentos que reconheçam e recompensem as populações presentes por perdas. (...) Essa experiência teria levado a Vale a adotar a estratégia de delimitar uma grande área para a mineração, prevendo oportunidades de expansão (FAUSTINO & FURTADO, 2013, p. 44-45).

Em entrevista feita pelo jornal *El País*, José Batista Afonso, advogado da CPT argumenta que uma das maiores mineradoras do mundo se aproveitou por décadas de um vácuo da fiscalização para adquirir irregularmente terras da União, muitas delas ocupadas por assentados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para viabilizar seus projetos de extração de minério na Amazônia (EL PAÍS, 2016).

Por este motivo é que maioria das áreas abocanhadas pela empresa em Canaã dos Carajás, pertence à União já que até então as áreas não foram tituladas em nome dos ocupantes, sendo que parte significativa das terras adquiridas foi do PA Carajás II, criado pelo Getat, na década de 80. Os órgãos estatais que por sua vez, além de terem seus

poderes e atribuições reduzidas, ainda se ausentam em discutir os problemas gerados pela exploração mineral em áreas de suas jurisdições:

As ações de aquisição de áreas rurais pela Vale, com vistas à implantação de infraestrutura em suporte aos projetos de mineração, vem se estendendo, mais recentemente, por toda a área rural de Canaã e gerando um conjunto de novas situações que envolvem conflitos, tensões e expectativas diversas (Santos, 2011, p. 111).

Ressaltamos em relação a este processo de concentração de terras pela mineração no município de Canaã dos Carajás, que em 14 e 15 de junho do ano de 2015, trabalhadores e trabalhadoras, filhos e filhas de trabalhadores e trabalhadoras rurais, resolveram ocupar parte das áreas concentradas pela Vale, como alternativa para geração de renda e superação da pobreza. Sufocados pelas dificuldades de sobrevivência no município que ajudaram a construir e agora sendo apropriada por um único e dominante interesse, o da mineração, a estratégia foi entrar na área, construir casas de madeira e iniciar as roças. O acampamento é composto por cerca de 300 famílias de trabalhadores.

Gostaríamos de mencionar que o acampamento Planalto Serra Dourada, surge de um novo processo de re-existência de trabalhadores que resolveram ocupar algumas áreas que foram historicamente apropriadas pela mineradora Vale no município de Canaã do Carajás. Vale lembrar que no município além do acampamento Planalto Serra Dourada, existem pelo menos mais seis: Grotão do Mutum, Alto da Serra, Rio Sossego, Monte Sião, Eduardo Galeano e Axixá. Os dois últimos acampamentos são organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo que o restante surgiram de reações espontâneas de trabalhadores que atualmente são acompanhados pelo STTRC, Cepasp, CPT e Brigadas Populares

Em entrevista feita com os camponeses ocupantes do Planalto Serra Dourada, eles argumentam o que motivou a articularem o processo de ocupação e formação do acampamento:

Existia já um coletivo, né, que conversava sobre as demandas dos impactos da mineração na Vila Serra Dourada, uma vila que tinha no município de Canaã, o qual sofreu um impacto muito sério em relação a mineração. A mineração veio e retirou todas as pessoas que tinha propriedade próxima. Essas pessoas ficaram a Deus dará (...) Chegou um momento em que se decidiu que era hora de se pegar de volta as terras publicas que a mineradora havia comprado ilegalmente (...) E aí, no dia 14 de junho de 2015, fizemos a ocupação e desde então a gente vem nessa demanda da luta pela terra (Volney, entrevista realizada dia 27 de novembro de 2016).

E a gente, nós somos agricultores, nós sabe lidar com a terra. Sabe roçar, plantar, limpar e colher, criar, isso é que a gente sabe fazer. Então aqui a gente chegou a um ponto, se for pensar, nós vamos fazer o que? Só recessão, pra quem tem pouco estudo, tá acostumado na agricultura, trabalhar com a agricultura familiar. E ai o seguinte, alguns vai conseguir uma vaga de emprego, outros não tá conseguindo nada, como é que nos vamos sustentar nossos filhos? Essa é a pergunta, como é que nos vamos sustentar nossos filhos? O quê que nós vamos fazer? As terra do município foram todas comprada pela Vale, desmobilizou os agricultores, os criadores de animais, de gado que tinha, colono. Eles desmobilizaram tudo, comprou as terra tudo e deixou o município improdutivo. (...) Então, isso nos obrigou a gente olhar pro lado, pra frente, pra trás. Isso nos obrigou a nós ocupar essa área porque a gente também já sabia que a área, a maioria da área é da nação, é nossa, entendeu? Ela comprou, mas inclusive tem muitas área aí que ela não poderia nem ter comprado, porque era área de assentamento do INCRA e do GETAT, na época, e ela foi e comprou. Teve área que na realidade ela tomou conta de área da União. Muitas áreas no meio da área dela aí, que é área da União (Antônio, entrevista realizada dia 03 de setembro de 2016).

Nos somos moradores daqui de Canaã desde o ano 2000. Desde, de lá pra cá, nós luta por um pedacinho de terra e nunca conseguimos. E a metade do município já é da Vale, entendeu? Por isso nós resolvemos ocupar essa terra (Eduardo, entrevista realizada dia 04 de setembro de 2016).

Os dizeres do Sr. Antônio de que a “a maioria da area é da nação, é nossa” reforça a narrativa usada pelo movimento camponês que vem ocupando as áreas que seriam supostamente de propriedade da mineradora. A narrativa central é da “retomada das terras publicas”, como eles colocam em artigo publicado em 17 de dezembro de 2016, com os dizeres “Queremos de volta a terra prometida”. No mesmo texto eles reivindicam ainda “Que a Vale tire as patas das terras publicas”. Significa também a retomada da agricultura, quase extinta no município que já foi um dos maiores produtores agrícola do estado do Pará.

Neste processo de expropriação e resistência, dois grandes acampamentos foram inicialmente formados, o Planalto Serra Dourada e o Grotão do Mutum, e ainda outras cinco ocupações foram surgindo dentro do perímetro das áreas apropriadas pela mineradora. No entanto, hoje são em torno de 600 famílias acampadas e mobilizadas pelos dois acampamentos. Porém, as ocupações forçaram a empresa a acionar a Justiça para tentar removê-los. Como parte do processo, a mineradora teria que anexar uma

comprovação de que é, de fato, dona dessas propriedades e, com isso, o movimento camponês acreditava que seria possível começar a desfazer o emaranhado de dúvidas que envolvem a titularidade dessas terras. Contudo, a falta de informação clara sobre a situação fundiária das áreas adquiridas pela Vale, provoca o aumento das tensões na região que aumenta a cada dia.

Imediatamente, logo após as ocupações, a Vale ingressou com 26 pedidos de reintegração de posse. Todos estes pedidos foram atendidos com liminar favorável, concedido pela juíza substituta da comarca de Canaã dos Carajás, que sem se preocupar em entender a realidade sobre a questão agrária do município, ignorou que no pedido da empresa não constavam elementos que comprovassem seu direito de propriedade sobre as áreas.

No dia 19 de junho de 2015, o juiz da comarca de Canaã dos Carajás, expediu liminar de reintegração de posse, para o acampamento Planalto da Serra Dourada, e enviou convocação para audiência no dia 23 de junho. No dia 22 de junho, advogados da CPT protocolaram no fórum de Canaã, uma exceção de competência, que considera o juízo da comarca de Canaã dos Carajás incompetente para julgar causas oriundas de conflitos agrários, alegando ser a competência da vara agrária de Marabá. Na audiência do dia 23, o juiz considerou a incompetência, transferindo as causas para a vara Agrária de Marabá.

No documento assinado pelo movimento camponês com o título, *Nota à População*, datada do dia 23 de junho de 2015, percebe-se um resumo das principais questões levantadas e enfrentadas pelos acampados. Na referida nota eles argumentam que:

A maioria destas áreas adquiridas pela Vale se transformaram em latifúndios improdutivos enquanto a demanda por terra por trabalhadores rurais sem terra aumentou, a cidade cresceu e o campo encolheu; O que nós acampados nestas áreas improdutivas queremos é retomar estas terras para a mão dos trabalhadores rurais, torná-las produtivas e resolver o problemas de milhares de famílias que se tornaram mais pobres e necessitadas no município.; Questionamos a ilegalidade com que a Vale adquiriu estas terras, tendo em vista que áreas de agricultores beneficiários da reforma agrária não podem ser negociadas; A Vale já acionou a justiça para interromper nossas lutas através de liminar de despejo, mas não vamos deixar nos abater, vamos procurar nossos direitos; Vimos junto à sociedade de Canaã pedir apoio para nossas lutas para termos as terras de volta para fazermos com que nosso município volte a ser o grande produtor agrícola da região. (2015, p. 2)

No dia 04 de julho de 2015, como forma de tornar público o conflito decorrente dos processos de ocupações, mais de quinhentos trabalhadores e trabalhadoras rurais acampados, foram as ruas de Canaã dos Carajás, em protesto contra a mineradora Vale. A manifestação tinha o objetivo de publicizar e dar uma resposta à concentração de terra, à expropriação e a opressão exercida aos camponeses em luta.

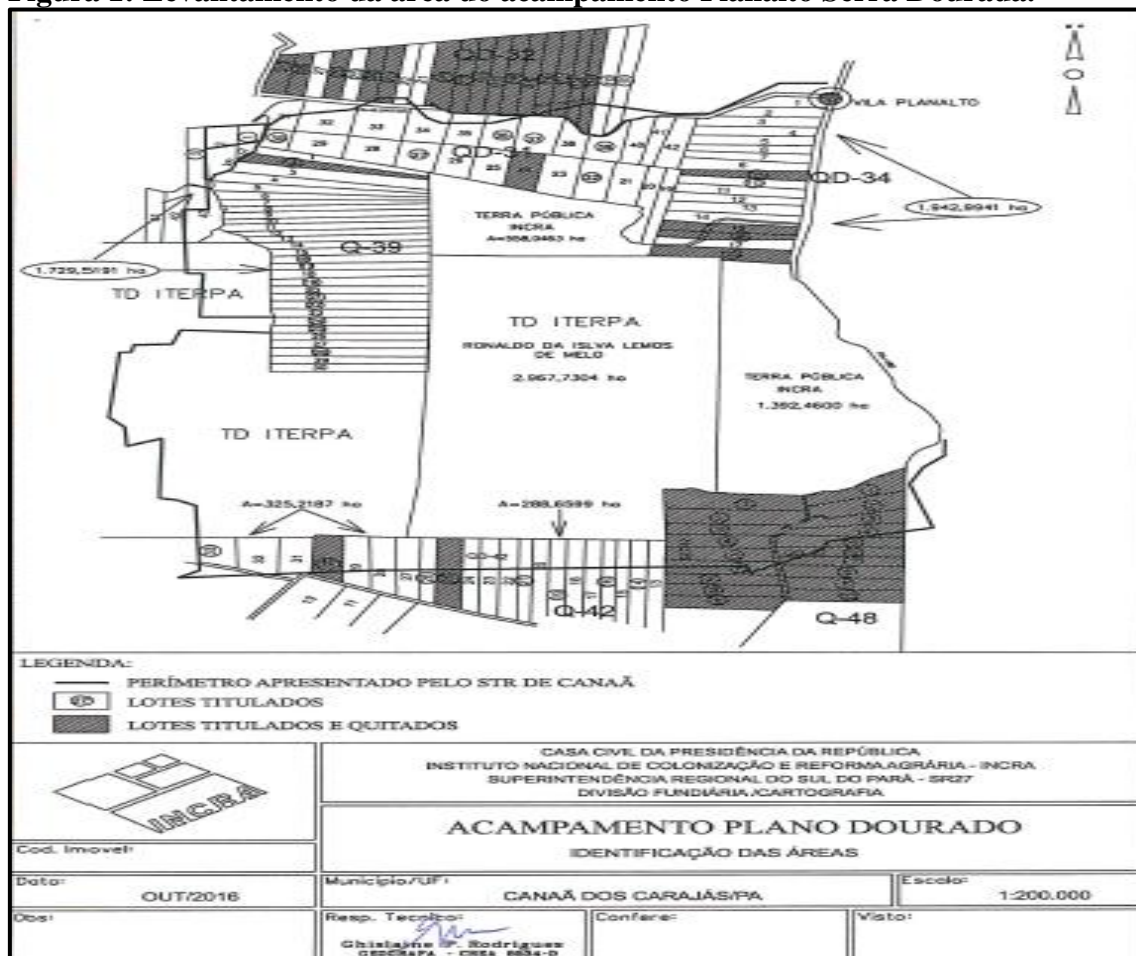
A ideia também era denunciar que a apropriação de áreas públicas por parte da mineradora tem gerado concentração, que por sua vez foi tornando as terras agricultáveis e produtivas em improdutivas:

Ou seja, pra algumas pessoas o município é produtivo porque tá produzindo ferro, minério de ferro, cobre, essas coisas pra eles. E pra nós como é que fica?, pra nós que somos trabalhadores rurais acostumado lidar com a terra, plantar, colher, como é que nós vamos dá o pão de cada dia, a comida pro nossos filhos? não teria condições (...) Vou dizer bem aqui pra ti, a Vale ela tem 65% do município. Isso significa que 35%, eh... vamos dizer assim: 20% tão com alguns criadores de gado, com alguns colonos criadores de gado (...) Qual é a maior area que tem aqui pra agricultura? E justamente a area que a Vale desmobilizou. Qualquer lugar que você sair aqui, você vai ver, entendeu?... Você sai aqui oh, pega o asfalto aqui, vai pro projeto S11D, você rola aí, você vai sair em Ourilândia do Norte. Tudo é terra desmobilizada da Vale (Antônio, entrevista realizada dia 03 de setembro de 2016).

Desde o ano de 2013 a CPT e o STTRC, haviam representado junto ao Ministério Público Federal (MPF), petição para que estes órgãos solicitassem ao Incra levantamento sobre a situação das áreas adquiridas pela empresa mineradora. Entretanto, depois de algum tempo sendo provocado pelo movimento de camponeses sem-terra, o Incra, no dia 15 de março de 2017, enviou uma equipe de técnicos para a área com a finalidade de realizar um levantamento da real situação de todas as áreas que estão sob domínio da mineradora Vale, ocupadas por camponeses. A postura do órgão se deu em cumprimento a um acordo feito no início de fevereiro de 2017.

Sobre o levantamento da área ocupada pelo acampamento Planalto Serra Dourada, o mesmo foi feito em outubro de 2016, pelo setor de cartografia do Incra. São 100 lotes do projeto de Assentamento Carajás II, titulados e não quitados (terra pública), que somam em torno de 5.000 hectares; duas áreas públicas que somadas chega a quase 1.800 hectares; e duas áreas tituladas pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa) não adquiridas pela Vale:

Figura 1: Levantamento da área do acampamento Planalto Serra Dourada.



Fonte: IN CRA SR27 (SD)⁴.

Embora o acampamento planalto Serra Dourada não tenha ainda sofrido ordem de despejo até o momento, ainda assim, as famílias acampadas têm sofrido sucessivas ameaças de variadas formas, conforme relata o Sr. Antônio:

(...) eles tentar coagir com a policia, com tropa de choque da policia. Vem tropa de Belém, vem tropa não sei da onde, vem tropa falsificada, pegaram outro pouco daqui, outro dali. E enfrentamos a parte judiciaria, daqui da comarca de Canaã. E enfrentamos ela diariamente, porque ela fica mandando liminar, porque é comprada pela Vale. Ela fica mandando liminar direto pro nosso povo, nas área onde nós tamo trabalhando. Eles pega as camionete e entra nas vicinais, e até mesmo dentro da area, que a gente já pediu pra eles não entrar, mas eles continua insistindo, mandando o oficial de justiça levar liminar pra nós. Liminar essas que já foram suspensas. E aí infelizmente eles bate essa liminar, desmembra do processo, fica encaminhando pra lá

⁴ No Mapa fornecido pelo IN CRA há um equívoco em relação ao nome do Acampamento que está identificado como ‘Acampamento Plano Dourado’, mas se trata do ‘Acampamento Planalto Serra Dourada’.

(acampamento). Isso deixa a gente indignado (Entrevista realizada dia 03 de setembro de 2016).

O poder público municipal de Canaã dos Carajás tem demonstrado o seu papel garantidor da acumulação capitalista, em detrimento da agricultura familiar no município, conforme relato:

O governo municipal em si tem os equipamentos. Vem a verba pros trabalhadores, pra agricultura familiar, mas isso também não é investido. E na hora que vai lá na secretaria, você fala com o secretário de agricultura, e o que ele fala? Pra nós que tamo dentro da área da Vale, infelizmente ele não pode fazer nada, não pode mandar um trator ir lá e arar de forma nenhuma, porque ele não vai se sujar, nem sujar o município e nem o governo, o prefeito. Ele não vai sujar com a Vale. Porque se eles vê lá, vai dizer que o município tá incentivando nós entrar pra dentro das terra, ocupar as terra. Quando que isso não é verdade. A gente sabe, eu acho que não tô equivocado, a gente sabe que é incentivo do governo federal. Todo município tem essa verba que vem, que é pra comprar os equipamentos e fornecer pras pessoas trabalharem pela agricultura familiar, os mais fracos vamos dizer assim, os mais humildes. A gente sabe que tem, mas nada disso é investido. Procura em volta aqui de Canaã, onde é que tem um projeto aqui, que a prefeitura dá apoio com técnico agrícola, com engenharia agrícola, com laboratório agrícola, com equipamentos agrícolas, com plantadeira, colheitadeira, com trator pra gradear a terra. Procura aonde é que tem? Não existe (Antônio João Martins, entrevista realizada dia 03 de setembro de 2016).

Por outro lado, municípios minerados tem criado um contingente de superpopulações na zona urbana. As populações rurais são constantemente ameaçados de serem empurrados para a zona urbana, a procura de uma vida melhor na cidade, ou seja, a fim de proletarizar-se. Percebe-se esse fenômeno no relato do acampado Volney que é filho de agricultor, e conta sobre as dificuldades de permanecer no campo:

Desde pequeno a gente trabalhava na roça, né. Como a gente ainda era muleque novo, a gente trabalhava de acordo com o que dava conta naquele momento. Mas sempre trabalhava na roça, plantava, colhia e criava também gado de leite, e assim por diante, porco, galinha, tudo isso a gente mexia. E aí como a mineração chegou, isso fica meio que inviável na região, porque a especulação imobiliária cresceu muito, então terra ficou caríssima. Não se tinha mais como mexer, como eu te falei, a minha família teve que vender um pedacinho, e aí a gente acabou ficando sem esse meio de vida, que é o meio de vida que... quem vem da roça só sabe trabalhar com esse tipo de coisa, mas a gente sempre mexeu (...) Em 97 eu mudei pra cidade pra estudar, porque meu estudo na roça tinha chegado ao fim, só tinha só o ensino fundamental. Então fui pra cidade pra estudar em 97. Em 2000 eu conclui o ensino médio, daí a gente definia se estudava mais ou só trabalhava. E eu optei por trabalhar. E aí eu fiquei só no ensino médio e aí fui trabalhar nas

mineradoras (...). Trabalhei dois anos numa empresa de sondagem, como ajudante. Depois a própria mineradora entrou com o processo de aprendiz na cidade. E aí eu fiz, consegui passar. Fiquei dois anos na operação de caminhão fora de estrada e acabei saindo, indo pra manutenção. Trabalhei na manutenção de diversos equipamentos, trator de esteira, escavadeira, perfuratriz, e assim por diante. Então eu fiquei de 2000 até 2014, trabalhando na area da mineração (Entrevista realizada dia 27 de novembro de 2016).

Marx (2013) reflete sobre esse fenômeno percebido em Canaã dos Carajás. A superpopulação é uma das características importantes para a acumulação de capital, e os define em três formas: a flutuante, a latente e a estagnada. Vamos nos ater somente na superpopulação latente, que seria as populações que ainda não foram proletarizadas, como os camponeses, produtores pequeno-burgueses, profissionais liberais, etc. Essa superpopulação, em extrema necessidade seria empurrada para a proletarização. Aqui nos chama atenção para a situação dos camponeses:

Uma parte da população rural, se encontra, por isso, continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis à essa metamorfose[...] Essa fonte da superpopulação relativa flui, portanto, continuamente, mas seu fluxo constante para as cidades pressupõe a existência, no próprio campo, de uma contínua superpopulação latente, cujo volume só se torna visível a partir do momento em que os canais de escoamento se abrem, excepcionalmente, em toda sua amplitude. O trabalhador rural é, por isso, reduzido ao salário mínimo e está sempre com um pé no lodaçal do pauperismo (MARX, 2013, p. 717-718).

Apesar da permanente ameaça de transferência para a cidade, a proletarização camponesa, deslocamentos compulsórios, ausência de incentivos, queda na produção, desarticulação das organizações e outras interferências nos seus territórios, o campesinato em Canaã resiste, sobretudo os jovens que buscam retornar ao campo. O retorno ao campo, significa retornar ao “meu lugar” e viver de forma autônoma, conforme relato de filhos de camponeses que insiste em fazer luta pela terra:

Mas como é muito difícil, o cara com pouco estudo não tem tanto espaço nessas areas, né (...) E aí a gente acaba ficando as margens, porque a pessoa vai ficando sem emprego, porque a demanda é muito grande. Se tem mil vaga, tem 10 mil pessoa querendo essas vaga. E o cara que não tem especificação nenhuma pra empregos, não estudou teoricamente, ele ficar as margens disso. Foi quando eu fiquei meio sem o que fazer na cidade. Foi quando eu resolvi voltar pra roça, trabalhar na roça (Volney, entrevista realizada dia 27 de novembro de 2016).

E assim, com tudo que veio acontecendo, com todos os impactos da mineração causa na região, a gente sentiu a necessidade de novamente retornar pra roça. E aí foi quando houve a ocupação lá da VS 40 (...)

Então a gente resolveu de uma certa forma voltar pra nossa região e viver como a gente vivia antes aqui, que é da produção. Antes o pessoal vivia da produção que eles mesmo produzia, e agora tudo se vem de fora. E aí houve as ocupações e a gente resolveu ir pras ocupações por conta disso. Porque de uma certa forma a gente já teve uma criação desde o início que foi na roça, né. A gente já nasceu na vida do campo mesmo. Desde de... quando a gente nasceu, a gente foi criado na roça. (Cristiane, entrevista realizada dia 27 de novembro de 2016).

No entanto, muitos camponeses do acampamento planalto Serra Dourada, que têm como prioridade permanecer na terra, além de persistirem nos lotes tentando manter suas plantações e outras produções, tem resistido de variadas formas e buscando iniciativas que vão contra a lógica imposta pela mineração no município.

Na perspectiva de ampliar a resistência e fortalecer a luta pela terra, os acampados do planalto Serra Dourada em conjunto com os acampamentos vizinhos e outras organizações, estão em vias de construção um amplo movimento na região. Em sua primeira reunião no dia 03 de setembro de 2016, na cidade de Canaã dos Carajás, ficou consensuado entre os participantes que seria denominado Movimento em Defesa de Territórios Livres de Mineração (MDTLM).

Entre os dias 30 de novembro e 01 de dezembro aconteceu o primeiro encontro do movimento MDTLM. O encontro aconteceu no acampamento planalto Serra Dourada e tinha como objetivo, refletir sobre a conjuntura política nacional e a mineração neste contexto, levando em consideração a situação do município de Canaã dos Carajás e a população local diante dos impactos socioambientais. O lançamento oficial do MDTLM foi realizado em março de 2017.

Outras formas de resistir têm surgido entre os acampados, no sentido de garantir a manutenção e o fortalecimento do acampamento. Isso se traduz na ajuda mutua, companheirismo e a parceria, segundo relato:

As vezes... eu plantei mandioca e outro não plantou, vou ter que ajudar o meu companheiro que não plantou mandioca. Ou se eu não plantei milho, ele vai me ajudar, porque não plantou milho, deu alguma coisa e ele vai me ajudar com o milho pra nossas criações... Tudo... que a gente tem trabalhado é na base da parceria, do companheirismo, um ajudando ao outro, entendeu? Então é isso aí, nessa forma aí que a gente tem encarado essa situação (Antônio, entrevista realizada dia 03 de setembro de 2016).

E na perspectiva de reagir contra a lógica mineral e mostrar para sociedade o que está sendo produzido no acampamento, que no dia 04 de março de 2017, mais de trinta

famílias camponesas montaram uma feira livre na praça da cidade. A comercialização de produtos agrícolas e derivados, foram vendidos a preço acessível, muito menor que o cobrado no mercado em geral de Canaã, conforme figura abaixo:

Figura 2: Feira livre dos acampados na praça de Canaã dos Carajás



Fonte: STTR Canaã dos Carajás

Gostaríamos de mencionar a presença de entidades de base (STTRC, CPT, Cepasp, Brigadas Populares), que fortalecem a luta dos camponeses, em um contexto de enfraquecimento da luta pela terra, que ocorre dentre diversos fatores devido à dominação objetiva e subjetiva que a mineradora exerce no pensamento social da região de Carajás. O presidente do STTRC de Canaã argumenta sobre o trabalho da entidade em prol da luta pela terra no município:

O sindicato tem acompanhado aí, são quatro acampamento, todos na area que a Vale se diz que é dona dela, né. E dessas quatro, todas tem um numero de famílias até razoável, né. Por exemplo, a São Luiz que são 38.000 ha, lá são 250 família, que é o Grotão do Mutum. Nós temos também aqui o Planalto da Serra Dourada, que são em media de 2.000 alqueires. São areas também que são do PA Carajás, né. Nós

acompanhamos ali o Alto da Serra, que são 98 famílias, né. Lá são áreas públicas, lá não tem documento nenhum. Lá pertenciam aos grandes pecuaristas, né, que foram os ocupantes dessas áreas, né. Então assim, uma forma que o sindicato tem feito esse desempenho, esse trabalho, juntos com essas famílias, nessa área de ocupação, que se encontra hoje aqui em Canaã (José Ribamar da Silva Costa, entrevista realizada no dia 04 de setembro de 2016).

No entanto, as entidades que apoiam a luta camponesa, entendem estrategicamente, que a luta pela posse da terra na região de Carajás contribui para algo mais amplo como a reforma agrária e por um modelo de desenvolvimento diferente daquele hegemônico pelo Capital mineral. Isto Significa colocar em xeque o modelo de desenvolvimento assentado no latifúndio mineral e reafirmar a importância da agricultura camponesa para o desenvolvimento regional.

Considerações

Indagar os conflitos gerados pela mineração e a disputa pela posse da terra em Canaã dos Carajás implica problematizar o modelo de desenvolvimento mineral, cuja apropriação das riquezas é centralizada pelos acionistas, enquanto os passivos sociais, territoriais e ambientais são socializados com as populações locais (ACSELRAD; BEZERRA, 2010). Neste contexto, Canaã dos Carajás representa apenas um minúsculo espaço desse universo, haja vista que as práticas adotadas no município têm sido reproduzidas, em outros espaços, porém com outras roupagens e contextos. Não podemos esquecer que assim como a Amazônia Brasileira, outros países e regiões carregam a sina de eternas produtoras de *commodities* tais como Bolívia, Peru e países da África do Sul.

O Capital se reproduz e renova suas práticas de espoliação incessantemente, em busca da acumulação econômica a partir dos lucros gerados pelo uso intensivo dos recursos naturais, da força de trabalho e da expropriação, proporcionando enormes prejuízos para as populações. (HARVEY, 2006; 2013a; 2013b). Para isso, conta com a eficácia do Estado que disponibiliza seu aparato político, jurídico e militar, como indutor e protetor da acumulação.

No sudeste do Pará, a partir das políticas de ocupação da Amazônia via colonização são implantados pelo Getat os chamados Cederez I, II e III. Posteriormente o Cedere II daria origem ao município de Canaã dos Carajás. Por volta da década de 2000

o município desperta os primeiros interesses do capital mineral quando é descoberta uma mina de cobre. A respectiva mina de cobre daria origem a instalação pela mineradora Vale, do projeto Sossego no ano de 2004.

Com a implantação do projeto de ferro S11D, o estudo identificou que houve um reordenamento territorial no município, em função da apropriação privada de terras públicas que foi feita pela Vale. A consequência disso é que ocorreu uma desestruturação nos diversos modos de vida dos camponeses, isso sem falar na ameaça a soberania alimentar do município por conta da concentração de grandes parcelas de terras, que se tornaram improdutivas após ficar sob o domínio da mineradora.

Em função de todo esse processo identificamos que os camponeses com apoio de diversas entidades tais como Cepasp, STTRC, CPT e Brigadas Populares começaram a se mobilizar para ocupar e retomar as diversas áreas que foram historicamente apropriadas pela Vale, muitas delas ilegalmente. Esse processo desencadeou em conflitos, pois a mineradora sempre utiliza como estratégia a cooptação de liderança e quando não obtém êxito, aciona as forças repressivas do estado (Polícia, Judiciário) e empresas particulares de segurança, para ameaçar aqueles que se opõem e contrariam seus interesses econômicos na região de Carajás. Portanto é importante perceber que a implantação dos grandes projetos extrativos minerais de grande envergadura empreendidos hoje na Amazônia, em particular a mineração industrial na região de Carajás, tem provocado problemas socioambientais e conflitos de tamanha proporções.

Por fim, tais projetos recolocam em prática uma dinâmica secular de expropriação, espoliação e exploração dos territórios. Papel conferido à Amazônia, tem sido a condição colonial provedora de matérias-primas para atender demandas externas. Por outro lado, os recursos naturais existentes na área materializam as configurações territoriais. E em razão do seu potencial mineralógico existente em seu subsolo, Canaã dos Carajás consolida-se como o território privilegiado para a reprodução das atividades relacionadas à indústria extrativa mineral, cuja lógica é a de integrar a produção mineral nacional aos principais mercados consumidores internacionais.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H; BEZERRA, G. das N. Desregulação, Deslocalização e Conflito Ambiental: considerações sobre o controle das demandas sociais. In: A. W. B. de ALMEIDA et al. (orgs.), *Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: fronteiras da*

acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro, Editora Lamparina, 2010 p. 179 – 209.

BRANDÃO, C. R. *A participação da pesquisa no trabalho popular*. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CABRAL, Eugênia Rosa; ENRÍQUEZ Maria Amélia Rodrigues da Silva; SANTOS, Dalva Vasconcelos. *Canaã dos Carajás – do leite ao cobre: transformações estruturais do município após a implantação de uma grande mina*. In: FERNANDES, Francisco Rego Chaves; ENRIQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva; ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez (Eds.). *Recursos minerais e sustentabilidade territorial*. v. 1, p. 39 - 68. Rio de Janeiro: C E T E M / M C T I, 2 0 1 1 . D i s p o n í v e l e m : http://www.cetem.gov.br/publicacao/livros/Vol_1 GRANDES MINAS TOTAL.pdf. Acesso em: 26 nov. 2011.

CANAÃ DOS CARAJÁS. *De volta a Terra Prometida. Nota à população – Acampamento Planalto Serra dourada*. Canaã dos Carajás. 2016.

CEPASP. CENTRO DE EDUCAÇÃO, PESQUISA E ASSESSORIA SINDICAL E POPULAR: *Impactos da Mineração no Sudeste Paraense*. Marabá-PA, 2010. Disponível em: <https://mineracaosudesteparaense.wordpress.com/diversos/> acesso em 11. Nov. 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo - Brasil 2013*. Goiânia: 2013. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/quem-somos/12-noticias/conflitos/2042-conflitos-no-campo-brasil-2013> acesso em 11. Nov. 2018

CRUZ, T. M. *Mineração e campesinato em Canã dos Carajás: o avanço cruel do capital no sudeste paraense*. Dissertação de Mestrado, (Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia), Marabá, UNIFESSPA, 2015.

FAUSTINO, C. & FURTADO, F. *Mineração e Violações de Direitos: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A. Relatório plataforma DHESCA - 1º ed*. Açailândia, 2013.

FEITOSA, E. M. *Duplicação da Estrada de Ferro Carajás e impactos sociais: O caso do bairro Alzira Mutran*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia e Tocantins da Universidade Federal do Pará, Campus de Marabá. Marabá, UFPA, 2013.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 4º ed. Ed. Vozes, Petrópolis - Rio de Janeiro, 1995.

HARVEY, D. 2006. O “novo” imperialismo: acumulação por desapossamento. In: L. PANITCH e C. LEYS (orgs.), *O Novo Desafio Imperial*. Socialist Register, 2004. Buenos Aires, CLACSO. 95 – 125 p.

HARVEY, D. 2013a. Acumulação via Espoliação. In: HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. 7ª ed. São Paulo, Edições Loyola. 115 – 148 p.

HARVEY, D. 2013b. O Segredo da Acumulação Primitiva. In: HARVEY, D. *Para Entender o Capital - Livro I*. São Paulo, Editora Boitempo, 277 – 299 p.

HÉBETTE, J. Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. – Vol III, Belém – Pará, NAEA/UFPA, 2004.

JORNAL EL PAÍS, Os sem-terra desafiam a gigante Vale na Amazônia. 11/12/2016. http://brasil.elpais.com/brasil/2016/11/23/politica/1479905291_797076.html. Acesso em 24. Nov. 2016).

MALHEIRO, Bruno. C. P. Territórios e saberes em disputa: Por uma epistemologia da Fronteira. In: *Iguana Reflexão amazônica*. Editora Iguana, N° I, Marabá – Pará, 2015. p. 55-79.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política: Livro I: o processo de produção de capital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

REIS, I. F. *O avanço da Mineração na Amazônia e a Resistência dos moradores da vila Racha Placa no município de Canaã dos Carajás: Uma análise a luz do processo de Acumulação do Capital*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Ciências Sociais do Araguaia e Tocantins da Universidade Federal do Pará, Campus de Marabá. Marabá – Pará, UFPA, 2014.

REVISTA EXPRESSÃO. Edição Especial - Cidades do Sul do Pará, ano 09, edição 16, julho/agosto de 2013.

SANTOS, A. A. S. *Mineração e Conflitos Agrários em Canaã dos Carajás*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, UNIFESSPA, 2018.

SANTOS, D. M V. *Grande mineração e desenvolvimento de comunidades: uma leitura a partir de Canaã dos Carajás*, Pará. Dissertação de mestrado, Belém, UNAMA, 2011.

THIOLLENT, M. *Notas para o debate sobre pesquisa-ação*. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). *Repensando a pesquisa participante*. 3. ed. Brasiliense. São Paulo, 1984.

VALE. Relatório CAPEX 2013 – Vale: orçamento de investimentos e P&D de US\$16,3 bilhões para 2013. Disponível em: <http://www.vale.com/PT/investors/investments/Capex/Capex/120312Capex2013_p.pdf>. Acesso em: 13. Dez. 2016.

VALE. S11D: Maior projeto de minério de ferro da história da Vale. Vale, Sala de Imprensa: Mineração. 2016a. Disponível em: http://saladeimprensa.vale.com/Paginas/Releases.aspx?r=S11D_maior_projeto_de_mine_rio_de_ferro_da_historia_da_Vale&s=Mineracao&rID=1718&sID=6. Acesso em: 11. Nov. 2016.

Entrevistas Realizadas:

Antônio, integrante do acampamento Planalto serra Dourada. Canaã dos Carajás – PA. Entrevista realizada dia 03 de setembro de 2016.

Cristiane, integrante do acampamento Planalto serra Dourada. Canaã dos Carajás – PA. Entrevista realizada dia 27 de novembro de 2016.

Eduardo, integrante do acampamento Planalto serra Dourada. Canaã dos Carajás – PA. Entrevista realizada dia 04 de setembro de 2016.

José de Ribamar da Silva Costa, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Canaã dos Carajás. Canaã dos Carajás – PA. Entrevista realizada no dia 04 de setembro de 2016.

Volney, integrante do acampamento Planalto serra Dourada. Canaã dos Carajás – PA. Entrevista realizada dia 27 de novembro de 2016.